



**REQUERIMENTO** Número / ( .<sup>a</sup>)  
 **PERGUNTA** Número / ( .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

A dinâmica da procura aeroportuária no Aeroporto Humberto Delgado, que nos últimos anos se expressou pelo aumento de 16 milhões para 31 milhões de passageiros, determinou que tivesse sido impulsionado e acelerado o processo de expansão da capacidade aeroportuária da região de Lisboa, através do desenvolvimento da solução combinada de ampliação do Aeroporto Humberto Delgado e construção de um novo aeroporto complementar.

A atividade aeroportuária dos últimos anos evidencia um forte crescimento no tráfego de passageiros e no número de aeronaves no Aeroporto Humberto Delgado. Entre 2013 e 2018, registou-se uma taxa média de crescimento anual do número de passageiros transportados de cerca de 12,6%. Nesse mesmo período, o número de passageiros do Aeroporto Humberto Delgado cresceu quase 81%. Este crescimento acentuado antecipou em mais de 6 anos as estimativas iniciais de evolução da procura e acelerou o processo de saturação do aeroporto.

Recentemente, o Governo tem dado sinais de que a solução “Humberto Delgado + Montijo” pode não ser definitiva.

A “Visão estratégica para o Plano de recuperação económica e social de Portugal 2020-2030”, elaborada por António Costa Silva e apresentada em 05-07-2020, refere que é essencial *“construir o Aeroporto para a grande Área Metropolitana de Lisboa, tendo em conta que as ligações aéreas são fundamentais na performance da economia portuguesa, e isso tem a ver não só com o turismo, que é um setor crucial da economia, mas também com muitas outras fileiras económicas”*. O documento não faz referência à localização do novo aeroporto e parece defender a existência de dois grandes aeroportos, ao invés de um aeroporto principal e um aeroporto complementar (modelo Humberto Delgado + 1).

Concluídas as obras de expansão, e não existindo ainda um novo aeroporto, o impacto do Aeroporto Humberto Delgado na cidade de Lisboa será ainda maior, designadamente em termos

de poluição, ruído e sobrecarga do sistema de acessos, com graves prejuízos para a saúde de milhares de lisboetas e para o ambiente. A este propósito, importa sublinhar que o modelo de desenvolvimento da capacidade aeroportuária da região de Lisboa deve implicar uma redução dos impactos negativos do Aeroporto Humberto Delgado e promover um aumento de capacidade/movimentos num novo aeroporto complementar. Não pode haver aumento da capacidade instalada do Aeroporto Humberto Delgado sem novo aeroporto complementar, e vice-versa.

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O Deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vêm por este meio requer ao Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta às seguintes perguntas:

**1- No dia 16 de Julho, decorreu a audição parlamentar do Sr. Presidente da Comissão Executiva da ANA Aeroportos (que incluiu uma apresentação em PowerPoint “Audição Parlamentar 16 Julho 2020”), onde não ficou claro, que obras estão a ser executadas, neste momento, no Aeroporto Humberto Delgado?**

**2- Na página 6 do referido PowerPoint (Anexo I), é apresentado um slide sobre “Faseamento dos trabalhos - melhoria operacional”. Deste “Faseamento dos trabalhos - melhoria operacional”, que obras estão, neste momento, em curso no Aeroporto Humberto Delgado (Anexo II)?**

**3- As obras em curso decorrem exclusivamente do anexo 9, do Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário, celebrado entre o Estado Português a ANA – Aeroportos Portugal S.A?**

**4- O Ministério das Infraestruturas e Habitação tem feito o acompanhamento ou fiscalização das obras em curso no Aeroporto Humberto Delgado?**

Palácio de São Bento, 12 de agosto de 2020

Deputado(a)s

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)

Existem anexos ao documento.